

C&R

JURISPRUDÊNCIA

*Jurisprudência geral*



JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA  
DA UNIÃO EUROPEIA – DE JANEIRO  
A JUNHO DE 2023

*Elaborado por Ricardo Bayão Horta*

**Abuso de posição dominante**

Acórdão do Tribunal de Justiça de 20 de abril de 2023, proferido no âmbito do Processo C-815/21P; ECLI:EU:C:2023:308

*Partes:* Amazon.com e o./Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral — Concorrência — Artigo 102.º TFUE — Abuso de posição dominante — Venda em linha — Regulamento (CE) n.º 773/2004 — Artigo 2.º, n.º 1 — Decisão da Comissão Europeia de dar início a uma investigação — Âmbito de aplicação territorial da investigação — Exclusão da Itália — Repartição de competências entre a Comissão e as autoridades dos Estados-Membros responsáveis em matéria de concorrência — Regulamento (CE) n.º 1/2003 — Artigo 11.º, n.º 6 — Privação de competência das autoridades dos Estados-Membros responsáveis em matéria de concorrência — Proteção contra os processos conduzidos em paralelo pelas autoridades dos Estados-Membros responsáveis em matéria de concorrência e pela Comissão — Recurso de anulação — Ato irrecorrível — Ato que não produz efeitos jurídicos em relação a terceiros — Ato preparatório — Inadmissibilidade

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo C-449/21; ECLI:EU:C:2023:207

*Partes:* Towercast/Autorité de la concurrence e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Concorrência — Controlo das concentrações de empresas — Regulamento (CE) n.º 139/2004 — Artigo 21.º, n.º 1 — Aplicação exclusiva deste regulamento às operações abrangidas pelo conceito de “concentração” — Alcance — Operação de concentração sem dimensão comunitária, situada abaixo dos limiares de controlo ex ante obrigatório previstos pelo direito de um Estado-Membro e que não foi objeto de remessa à Comissão Europeia — Controlo pelas autoridades desse Estado-Membro responsáveis em matéria de concorrência de uma tal operação à luz do artigo 102.º TFUE — Admissibilidade

Acórdão do Tribunal de Justiça de 2 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo C-394/21; ECLI:EU:C:2023:146

*Partes:* Bursa Română de Mărfuri SA/Autoritatea Națională de Reglementare în domeniul Energiei (ANRE),

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Mercado interno da eletricidade — Diretiva 2009/72/CE — Regulamento (UE) 2019/943 — Artigo 1.º, als. *b)* e *c)*, e artigo 3.º — Princípios relativos ao funcionamento dos mercados da eletricidade — Regulamento (UE) 2015/1222 — Artigo 5.º, n.º 1 — Operador nomeado do mercado da eletricidade — Monopólio legal nacional dos serviços de negociação para o dia seguinte e intradiária — Legislação nacional que prevê um monopólio da negociação grossista da eletricidade a curto, médio e longo prazo

Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de janeiro de 2023, proferido no âmbito do Processo C-680/20; ECLI:EU:C:2023:33

*Partes:* Unilever Italia Mkt. Operations Srl/Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Concorrência — Artigo 102.º TFUE — Posição dominante — Imputação ao produtor de comportamentos dos seus distribuidores — Existência de relações contratuais entre o produtor e os distribuidores — Conceito de “unidade económica” — Âmbito de aplicação — Exploração abusiva — Cláusula de exclusividade — Necessidade de demonstrar os efeitos no mercado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de janeiro de 2023, proferido no âmbito do Processo C-57/21; ECLI:EU:C:2023:6

*Partes:* RegioJet a.s./ České dráhy a.s. e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Concorrência — Abuso de posição dominante — Regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia — Diretiva 2014/104/UE — Artigos 5.º e 6.º — Divulgação de elementos de prova — Elementos de prova que figuram no processo de uma autoridade da concorrência — Processo pendente na Comissão Europeia relativo a uma infração às regras da concorrência — Processo nacional relativo a uma ação de indemnização pela mesma infração — Condições relativas à divulgação de elementos de prova

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de janeiro de 2023, proferido no âmbito do Processo C-45/21; ECLI:EU:C:2023:12

*Partes:* Lietuvos geležinkeliai/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral — Concorrência — Abuso de posição dominante — Mercado do transporte ferroviário de mercadorias — Decisão que declara uma infração ao artigo 102.º TFUE — Acesso de empresas terceiras às infraestruturas geridas pela sociedade nacional de caminhos de ferro da Lituânia — Desmantelamento de um troço de via-férrea — Conceito de “abuso” — Exclusão efetiva ou provável de um concorrente — Exercício pelo Tribunal Geral da sua competência de plena jurisdição — Redução da coima

### **Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas**

Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de junho de 2023, proferido no âmbito do Processo C-211/22; ECLI:EU:C:2023:529

*Partes:* Super Bock Bebidas, S.A. e o./Autoridade da Concorrência

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Concorrência — Acordos, decisões e práticas concertadas — Artigo 101.º TFUE — Acordos verticais — Preços mínimos de revenda fixados por um fornecedor aos seus distribuidores — Conceito de “restrição da concorrência por objeto” — Conceito de “acordo” — Prova da concordância de vontades entre o fornecedor e os seus distribuidores — Prática que abrange quase todo o território de um Estado-Membro — Afetação do comércio entre Estados-Membros — Regulamento (CE) n.º 2790/1999 e Regulamento (UE) n.º 330/2010 — Restrição grave

Acórdão do Tribunal de Justiça de 20 de abril de 2023, proferido no âmbito do Processo C-25/21; ECLI:EU:C:2023:298

*Partes:* Repsol Comercial de Productos Petrolíferos SA

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Concorrência — Restrições verticais da concorrência — Artigo 101.º, n.ºs 1 e 2, TFUE — Princípio da efetividade — Regulamento (CE) n.º 1/2003 — Artigo 2.º — Diretiva 2014/104/UE — Artigo 9.º, n.º 1 — Efeito vinculativo das decisões definitivas das autoridades nacionais da concorrência que declaram uma infração às normas do direito da concorrência — Aplicação temporal e material — Ações de indemnização e de declaração de nulidade a título das infrações às disposições do direito da concorrência da União

Acórdão do Tribunal de Justiça de 9 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo C-693/20P; ECLI:EU:C:2023:172

*Partes:* Intermarché Casino Achats/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral — Concorrência — Acordos, decisões e práticas concertadas — Decisão da Comissão Europeia que ordena uma inspeção — Vias de recurso contra o desenrolar da inspeção — Artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Direito a um recurso efetivo — Regulamento (CE) n.º 1/2003 — Artigo 19.º — Regulamento (CE) n.º 773/2004 — Artigo 3.º — Registo das audições realizadas pela Comissão no âmbito dos seus inquéritos — Ponto de partida do inquérito da Comissão

Acórdão do Tribunal de Justiça de 9 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo C-690/20P; ECLI:EU:C:2023:171

*Partes:* Casino, Guichard-Perrachon e Achats Marchandises Casino/Comissão

*Descritores:* Recurso — Concorrência — Acordos, decisões e práticas concertadas — Decisão da Comissão Europeia que ordena uma inspeção — Vias de recurso contra o desenrolar da inspeção — Artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Direito a um recurso efetivo — Regulamento (CE) n.º 1/2003 — Artigo 19.º — Regulamento (CE) n.º 773/2004 — Artigo 3.º — Registo das audições realizadas pela Comissão no âmbito dos seus inquéritos — Ponto de partida do inquérito da Comissão

Acórdão do Tribunal de Justiça de 9 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo C-682/20P; ECLI:EU:C:2023:170

*Partes:* Les Mousquetaires e ITM Entreprises/Comissão

*Descritores:* Recurso — Concorrência — Acordos, decisões e práticas concertadas — Decisão da Comissão que ordena uma inspeção — Vias de recurso contra o desenrolar da inspeção — Artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Direito a um recurso efetivo — Regulamento (CE) n.º 1/2003 — Artigo 19.º — Regulamento (CE) n.º 773/2004 — Artigo 3.º — Registo das audições realizadas pela Comissão no âmbito dos seus inquéritos — Ponto de partida do inquérito da Comissão

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de janeiro de 2023, proferido no âmbito do Processo C-719/21P; ECLI:EU:C:2023:15

*Partes:* Jouvin/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral — Concorrência — Acordos, decisões e práticas concertadas — Artigo 101.º TFUE — Denúncia à Comissão Europeia — Decisão da Comissão de rejeição da denúncia — Recurso de anulação — Prazo para apresentar resposta

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de janeiro de 2023, proferido no âmbito do Processo C-883/19P; ECLI:EU:C:2023:11

*Partes:* HSBC Holdings e o./Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral — Concorrência — Acordos, decisões e práticas concertadas — Setor dos produtos derivados de taxas de juro em euros — Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º TFUE e ao artigo 53.º do Acordo EEE — Manipulação das taxas de referência interbancárias da Euribor — Troca de informações confidenciais — Restrição da concorrência por objeto — Qualificação — Tomada em consideração dos efeitos pró-concorrenciais — Infração única e continuada — “Procedimento híbrido” que conduziu sucessivamente à adoção de uma decisão de transação e de uma decisão no termo de um procedimento ordinário — Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Artigo 41.º — Direito a uma boa administração — Artigo 48.º — Presunção de inocência

### **Auxílios de Estado**

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de junho de 2023, proferido no âmbito do Processo T-79/21; ECLI:EU:T:2023:334

*Partes:* Ryanair e Airport Marketing Services e o./Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado — Acordos celebrados com a companhia aérea Ryanair e a sua filial Airport Marketing Services — Serviços de marketing — Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ordena a sua recuperação — Vantagem — Critério da necessidade real — Artigos 41.º e 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais — Direito de acesso ao processo — Direito a ser ouvido

Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de junho de 2023, proferido no âmbito do Processo C-50/21; ECLI:EU:C:2023:448

*Partes:* Prestige and Limousine SL/Área Metropolitana de Barcelona e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Artigo 49.º TFUE — Artigo 107.º, n.º 1, TFUE — Serviço de aluguer de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) — Regime de autorização que implica a concessão, além de uma autorização que permite a prestação de serviços, tanto urbanos como interurbanos, de transporte em todo o território nacional, de uma segunda autorização de exploração para a prestação de serviços urbanos de transporte numa zona metropolitana — Limitação do número de licenças de serviços de TVDE a um trigésimo das licenças de serviços de táxi

Acórdão do Tribunal Geral de 25 de maio de 2023, proferido no âmbito do Processo T-268/21; ECLI:EU:T:2023:279

*Partes:* Ryanair/Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado — Mercado italiano dos transportes aéreos — Regime de indemnização das companhias aéreas titulares de uma licença emitida pelas autoridades italianas — Decisão de não levantar objeções — Auxílio destinado a reparar os danos causados por um acontecimento extraordinário — Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 10 de maio de 2023, proferido no âmbito do Processo T-34/21; ECLI:EU:T:2023:248

*Partes:* Ryanair/Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado — Mercado alemão do transporte aéreo — Auxílio concedido pela Alemanha a favor de uma companhia aérea no âmbito da pandemia de COVID-19 — Recapitalização da Deutsche Lufthansa — Decisão de não levantar objeções — Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal — Recurso de anulação — Legitimidade processual — Afetação substancial da posição concorrencial — Admissibilidade — Poder de mercado significativo — Medidas adicionais para a concorrência efetiva no mercado — Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo T-142/21; ECLI:EU:T:2022:164

*Partes:* Wizz Air Hungary/Comissão Europeia

*Descritores:* Auxílios de Estado — Mercado romeno dos transportes aéreos — Auxílio concedido pela Roménia à Blue Air no âmbito da pandemia de COVID-19 — Auxílio de emergência à Blue Air — Empréstimo garantido pelo Estado romeno — Decisão de não levantar objeções — Recurso



de anulação — Auxílio destinado a remediar os danos causados por um acontecimento extraordinário — Artigo 107.º, n.º 2, al. b), TFUE — Avaliação do dano — Nexos de causalidade — Dificuldades financeiras preexistentes do beneficiário — Consideração dos custos evitáveis — Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade — Artigo 107.º, n.º 3, al. c), TFUE — Contributo do auxílio para um objetivo de interesse comum — Não recorrência do auxílio de emergência — Princípio da não discriminação — Livre prestação de serviços — Liberdade de estabelecimento — Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 8 de fevereiro de 2023, proferido no âmbito do Processo T-522/20; ECLI:EU:T:2023:51

*Partes:* Carpatair/Comissão Europeia

*Descritores:* Auxílios estatais — Setor da aviação — Medidas aplicadas pela Roménia a favor do aeroporto de Timisoara — Medidas aplicadas pelo aeroporto de Timisoara a favor da Wizz Air e das companhias aéreas que o utilizam — Decisão que declara em parte a inexistência de um auxílio estatal a favor do aeroporto de Timisoara e das companhias aéreas que o utilizam — Taxas aeroportuárias — Recurso de anulação — Ato regulamentar — Afetação individual — Afetação substancial da posição concorrencial — Afetação direta — Interesse em agir — Admissibilidade — Artigo 107.º, n.º 1, TFUE — Caráter seletivo — Vantagem — Critério do operador privado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 31 de janeiro de 2023, proferido no âmbito do Processo C-284/21P; ECLI:EU:C:2023:58

*Partes:* Comissão/Braesch e o.

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral — Auxílios de Estado — Artigos 107.º e 108.º TFUE — Auxílios à reestruturação — Setor bancário — Fase preliminar de exame — Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno — Plano de reestruturação — Compromissos assumidos pelo Estado-Membro em questão — Medidas de repartição dos encargos — Conversão dos créditos subordinados em fundos próprios — Detentores de obrigações — Recurso de anulação — Admissibilidade — Artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE — Legitimidade — Pessoa singular ou coletiva diretamente e individualmente afetada — Violação dos direitos processuais das partes interessadas — Inexistência de abertura do

procedimento formal de investigação — Artigo 108.º, n.º 2, TFUE — Conceito de “interessados” — Regulamento (UE) 2015/1589 — Artigo 1.º, al. *h*) — Conceito de “parte interessada” — Medidas nacionais tidas em conta pela Comissão Europeia — Inadmissibilidade do recurso

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de janeiro de 2023, proferido no âmbito do Processo C-702/20; ECLI:EU:C:2023:1

*Partes:* «DOBELES HES» SAI e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Auxílios de Estado — Artigo 107.º, n.º 1, TFUE — Regulamentação nacional que prevê a obrigação de o operador público se abastecer junto de produtores de energias renováveis a um preço superior ao preço de mercado — Não pagamento de uma parte do auxílio em causa — Pedido de compensação apresentado por esses produtores a uma autoridade pública distinta daquela que, em princípio, é, em aplicação dessa regulamentação nacional, obrigada a pagar esse auxílio e cujo orçamento se destina unicamente a assegurar o seu próprio funcionamento — Novo auxílio — Obrigação de notificação — Auxílio de minimis — Regulamento (UE) n.º 1407/2013 — Artigo 5.º, n.º 2 — Cúmulo — Tomada em consideração dos montantes de auxílio já recebidos no período de referência, com base na referida regulamentação nacional

### **Controlo de Concentrações**

Acórdão do Tribunal Geral de 17 de maio de 2023, proferido no âmbito do Processo T-321/20; ECLI:EU:T:2023:253

*Partes:* enercity/Comissão Europeia

*Descritores:* Concorrência — Concentrações — Mercado da eletricidade alemão — Decisão que declara a concentração compatível com o mercado interno — Recurso de anulação — Ilegitimidade — Inexistência de participação ativa — Inadmissibilidade

Acórdão do Tribunal Geral de 17 de maio de 2023, proferido no âmbito do Processo T-312/20; ECLI:EU:T:2023:252

*Partes:* EVH/Comissão Europeia

*Descritores:* Concorrência — Concentrações — Mercado da eletricidade alemão — Decisão que declara a concentração compatível com o mercado interno — Recurso de anulação — Legitimidade — Admissibilidade — Dever de fundamentação — Conceito de “única concentração” — Direito a uma proteção jurisdicional efetiva — Direito de audiência

— Delimitação do mercado — Período de análise — Análise do poder de mercado — Influência determinante — Erros manifestos de apreciação — Dever de diligência

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo C-449/21; ECLI:EU:C:2023:207

*Partes:* Towercast/Autorité de la concurrence e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial — Concorrência — Controlo das concentrações de empresas — Regulamento (CE) n.º 139/2004 — Artigo 21.º, n.º 1 — Aplicação exclusiva deste regulamento às operações abrangidas pelo conceito de “concentração” — Alcance — Operação de concentração sem dimensão comunitária, situada abaixo dos limiares de controlo ex ante obrigatório previstos pelo direito de um Estado-Membro e que não foi objeto de remessa à Comissão Europeia — Controlo pelas autoridades desse Estado-Membro responsáveis em matéria de concorrência de uma tal operação à luz do artigo 102.º TFUE — Admissibilidade

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de março de 2023, proferido no âmbito do Processo C-127/21P; ECLI:EU:C:2023:209

*Partes:* American Airlines/Comissão Europeia

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral — Regulamento (CE) n.º 139/2004 — Operações de concentração de empresas — Mercado do transporte aéreo — Operação declarada compatível com o mercado interno — Compromissos assumidos pelas partes na concentração — Decisão que concede direitos de anterioridade — Conceito de “uso adequado”